

REQUERIMENTO Nº , DE 2012

Requer a realização pela Comissão de Educação e Cultura de seminário para fomentar o debate sobre os planos estaduais e municipais do Plano Nacional do Livro e Leitura - PNLL, visando encontrar mecanismos institucionais e não institucionais para a efetiva implementação desses planos nos Estados e nos Municípios Brasileiros.

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais – Art. 32, IX, a, b -- , solicito a esta Presidência a realização pela Comissão de Educação e Cultura de audiência pública para fomentar o debate sobre os planos estaduais e municipais do Plano Nacional do Livro e Leitura – PNLL, visando encontrar mecanismos institucionais e não institucionais para a efetiva implementação desses planos nos Estados e nos Municípios Brasileiros.

O PNLL, lançado em 2006, estabeleceu um prazo de três anos para o início dessa estratégia de ação. Esperava-se, portanto, que, até o final de 2009, a grande maioria dos Estados e dos Municípios tivesse aderido ao Projeto e estivesse desenvolvendo seus Planos. O que se verifica, porém, é que a maioria desses entes federados não implementaram os respectivos Planos.

O Plano Nacional do Livro e Leitura somente ganhará ressonância e efetividade se Estados e Municípios abraçarem as mesmas preocupações,

criando as condições para que a política do livro e leitura se implemente efetivamente em âmbito nacional.

Para viabilizar a formulação das políticas públicas do livro e leitura, os Agentes Públicos e Privados devem ser sensibilizados para a importância da formulação dos Planos Estaduais e Municipais em sintonia com o PNLL. Devem ser sensibilizados para a importância da democratização do acesso ao livro e o fomento à leitura, tanto como condição para a inclusão social e o exercício pleno da cidadania, quanto para melhorar os indicadores de desenvolvimento humano nos Municípios e Estados brasileiros.

A fim de assegurar que sejam ouvidos especialistas e representantes de entidades educacionais e de organismos estatais e privados que reflitam as diversas correntes de opinião sobre o assunto, seja nos aspectos conceituais, seja nos aspectos administrativos e operacionais, sugiro que sejam convidados os seguintes palestrantes:

- Representantes da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação – Undime;
- Representantes do Conselho Nacional de Secretários de Educação – Consed;
- Senhor Galeno Amorim, Presidente da Fundação Biblioteca Nacional;
- Senhora Maria Antonieta Antunes Cunha, Diretora do Plano Nacional do Livro e Leitura do Ministério da Cultura – PNLL/MinC;
- Representante do Ministério da Educação - MEC;
- Representante da Câmara Brasileira do Livro;
- Senhora Karina Pansa, Presidente do Instituto Pró-Livro;
- Representante do Instituto C&A;
- Cláudia Santa Rosa, da Rede Potiguar de Leitores e Leitoras;

- Representantes da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação - CNTE;
- Representantes do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação – FNDE.

Justificativa

O principal objetivo a ser alcançado com a implementação do PNLL e dos Planos Estaduais e Municipais será o de conquistar um lugar de destaque na agenda política e orçamentária dos Estados e dos Municípios para a leitura e o livro, planejando Ações e estabelecendo Metas que garantam sua implementação e sua continuidade como política de governo.

Com esse desafio, governo e sociedade civil unem-se para cumprir um dos principais objetivos propostos pelo Plano Nacional do Livro e Leitura – PNLL: “Estimular a criação de planos estaduais e municipais de leitura”. Nesse sentido, o Ministério da Cultura, o Ministério da Educação e o Plano Nacional do Livro e Leitura, em parceria com o Instituto Pró-Livro, lançaram o Projeto “Mais Livro e Mais Leitura nos Estados e Municípios” no Fórum Nacional dos Planos Estaduais e Municipais de Livro e Leitura, em Brasília, no início de setembro de 2009.

O Projeto “Mais Livro e Mais Leitura nos Estados e Municípios” tem como objetivo, portanto, fomentar Planos Estaduais e Municipais do Livro e Leitura, mobilizando, capacitando e assessorando Prefeituras e Secretarias da Educação e Cultura para o seu desenvolvimento e implantação. Para isso, tem como principal estratégia propor uma logística que possibilite a mobilização de Estados e Municípios para o alcance dessa Meta, ainda que parcial, neste ano.

A parceria sociedade civil e governo – unindo IPL, PNLL, MinC e MEC em empreitada tão desafiadora e importante – se justifica por dar agilidade ao processo e articular os diferentes segmentos sociais e instâncias de decisão nessa mobilização e preparação de Agentes públicos e privados para um movimento único na efetivação das metas do PNLL – que é um marco para o país e uma referência para os países latino-americanos.

Para viabilizar a formulação das políticas públicas do livro e leitura em âmbito estadual e municipal, os Agentes públicos dos órgãos estaduais e municipais da Educação e da Cultura devem ser sensibilizados para a importância da formulação dos Planos Estaduais e Municipais em sintonia com o PNLL. Devem ser sensibilizados para a importância da democratização do acesso ao livro e o fomento à leitura tanto como condição para a inclusão social e o exercício pleno da cidadania, quanto para melhorar os indicadores de desenvolvimento humano.

O Projeto, lançado em Fórum Nacional, ganha capilaridade e se multiplica em fóruns regionais e redes sociais, criando uma massa crítica e preparada para propor, implementar e defender políticas públicas, podendo, inclusive, ser revolucionário como estratégia para se alcançar outros patamares de indicadores de leitura, de acesso a bens culturais e, ainda, de qualidade da educação no Brasil.

Sala das Sessões, 5 de novembro de 2012.

Deputada Fátima Bezerra

(PT-RN)